



Maiorias Silenciadas no Poder

REALIZAÇÃO:



PLATAFORMA PELA REFORMA DO
SISTEMA POLÍTICO



PARCERIA:



AFIRMATIVA

APOIO:

PULSANTE
CIDADANIA ATIVA

Ficha Técnica

Realização: [Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político](#)

Campanha Quero Me Ver no Poder

Organização: Alane Reis
Alex Hercog
Carmela Zigoni

Parceria técnica: [Revista Afirmativa](#)

Expediente

Artigos: Angela Figueiredo
Dayse Sacramento
Joyce Souza Lopes
Luciana Lindenmeyer
Maria das Dores Almeida
Rosane Borges

Reportagem: Jamile Novaes

Fotorreportagem: Gisele Motta Ferreira

Poesias: Gabriely Varela e Nega Fya

Coordenação Editorial: Alane Reis

Edição e Revisão Final: Alane Reis

Diagramação: Polianna Silva

Ilustrações: Adilson Passos



Sumário

- 05** Apresentação
- 07** CraciaDemo
- 08** Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos
- 10** “Na Bahia ninguém é branco”: ACM Neto, afro-oportunismos e as fraudes raciais nas Eleições 2022
- 21** Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos
- 22** Eleição 2022 é Plebiscito de novo, e não podemos ter dúvidas: É hora de radicalizar!
- 30** Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos
- 31** Mulheres Negras e as estratégias do agora e de antes pela disputa de representatividade e acesso ao Poder Político
- 39** Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos



40

A Revogada das Matintas Pereiras: Mulheres Negras na Política, por uma nova ordem para o Brasil

50

Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos

51

Arte e política de mulheres negras por uma nova ordem para o Brasil

57

Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos

58

Nas últimas eleições dos Estados Unidos e da Colômbia, os votos negros foram decisivos, e no Brasil, Votos Negros Importam!?

65

Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos

66

Segurança Pública na Bahia: Quais foram as propostas dos candidatos ao governado do estado que tem uma das polícias mais letais do país?

78

Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos

79

Pátria amada chora

82

Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos





Apresentação

Bem-vinde ao E-book **Maorias Silenciadas no Poder**, uma realização da **Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político**, através da **Campanha Quero Me Ver no Poder**, com parceria técnica da **Revista Afirmativa** e apoio do **Fundo Pulsante**.

Aqui você encontrará artigos, reportagens, ilustrações, poesias e vídeos, produzidos por pessoas ativistas de todo Brasil, interessadas em provocar reflexões sobre a participação das minorias sociais no cenário político brasileiro, ou, como preferem e vêm falando os movimentos sociais negros: as **maorias minorizadas** no país.

Este E-book é resultado de Chamada Pública realizada pela Plataforma, e de convites a ativistas engajadas na luta pelo fortalecimento da democracia e aprimoramento do sistema político com vistas à defesa da cidadania da pluralidade populacional, racial, étnica, cultural, religiosa, sexual, etária e territorial que compõe o Brasil.

Sob coordenação editorial da jornalista Alane Reis, esta publicação trata de temas importantes para as Eleições Gerais 2022 contribuindo para a reflexão das desigualdades que estruturam o Estado e o Sistema Político brasileiro. Refletimos aqui sobre a importância do Voto Negro, pelo olhar transnacional da ativista e professora doutora Angela Figueiredo.

Renovamos nossa fé nas artes como ferramenta fundamental de incidência política, a partir das poesias de Gabrielly Varela e Nega Fya; do artigo da professora e pesquisadora Dayse Sacramento; e



da fotorreportagem de Gisele Motta - que evidenciam a força e a beleza das lutas protagonizadas por mulheres negras e indígenas.

A Bahia esteve em destaque nas eleições deste ano, com 72% da população do 4º maior colégio eleitoral do Brasil votando a favor da democracia; mas lá, no estado que também ostenta os piores índices de Racismo e Violência no país, o que defendeu os candidatos ao governo? Confira na reportagem de Jamile Novaes.

Foi também a partir da Bahia que nacionalmente se popularizou o debate da falsidade ideológica racial de candidatos brancos para acesso ao fundo eleitoral reservado a negros, tendo como tema central o político herdeiro da elite baiana, Antônio Carlos Magalhães Neto, o ACM Neto, que reivindicou negritude durante a campanha. O fato foi analisado junto a outros casos, em artigo da pesquisadora e ativista Joyce Souza Lopes.

As ativistas e pesquisadoras Luciana Lindenmeyer e Maria das Dores Almeida refletiram sobre as estratégias históricas e contemporâneas das mulheres negras para ocuparem espaços de poder e decisão. A professora, pesquisadora e comunicadora Rosane Borges nos trouxe também um artigo potente, prevendo a derrota do fascismo nas urnas mas trazendo uma reflexão importante: E depois? É hora de radicalizarmos!

Que as narrativas de insurgência política aqui presentes ajudem na reflexão, formação e diálogo entre ativistas comprometidos com o fortalecimento de uma democracia plena, justa e equânime.

Boa leitura!



CraciaDemo

Por NegaFya



Nascida e criada em Salvador – Ba, ela reúne muitas habilidades. É multiartista: poeta, mestra de cerimônia, produtora cultural e ativista cultural. Criadora da FyaBurn, uma marca de roupa streetwear. Idealizadora e produtora do Slam das Minas-BA. E Graduada em Enfermagem.



Assista a interpretação de NegaFya recitando sua poesia autoral.

Sociedade, Estado e Público...

Democracia, artigo de luxo!

Genocida em pleno vigor.

Bem-vindo ao século XXI!

2020 ano do horror.

“Tudo igual” Que nada!

Gestão pública não é

gestão privada!

CraciDemo jogada em uma privada.

Privados de liberdade, preto e pobre já nascem

cancelados nesta

sociedade. Eu peço

a benção aos meus

ancestrais, as mulheres

reais.

Que lavam o ódio, o rancor, nos dá proteção e amor!

Somos um povo de

resistência fincados na dissidência.

Campos de públicas

rompendo barreiras

travando lutas

Multidisciplinar, na luta

pelo bem-estar, de está vivo!

Com olhar de indisciplina,

reivindicando a

democracia.

Em um país demagogo,

a lei do genocídio

prossegue...

Sabemos quem mandou

matar Marielle.

“Tudo igual!” Que nada!

Gestão pública não é

gestão privada, política

partidária disputando

quem mais mata.



Mulheres das Margens em Afirmação por Direitos

Por Gisele Motta



Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestra em Comunicação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Produtora e articuladora em [@zonadecinema.art](https://www.instagram.com/zonadecinema.art)

Mulheres das Margens é uma proposta de fotorreportagem fruto de um caminhar pelas margens do Brasil e um desdobramento do premiado projeto #FotografiaFeita-DeAfeto, da jornalista e fotógrafa Gisele Motta. As fotos apresentadas aqui fazem parte da Etapa Sul da Bahia e foram realizadas no decorrer do Fechamento da BR 101 pelo povo Pataxó e aliados, na altura do Monte Pascoal, no Município de Porto Seguro. Ao que conta a história, o Monte Pascoal foi a primeira extensão de terra avistada por Pedro Álvares Cabral na invasão colonial às terras que viriam a se chamar Brasil. A manifestação aconteceu no dia 15 de setembro de 2021, durante sessão de julgamento do Marco Temporal, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O Marco Temporal é uma tese jurídica que argumenta que as terras indígenas que podem ser demarcadas são ape-

nas aquelas ocupadas pelos povos até 1988, quando foi promulgada a Constituição brasileira em vigor. Esta proposta se dá através de um Projeto de Lei (PL), o PL 490, de 2007. O projeto vem sendo discutido em várias comissões com fortes tensionamentos políticos e pressão popular e da opinião pública, até ser levado ao STF em agosto de 2021. Até agora foram dois votos, um contra (Luiz Edson Fachin) e um a favor (Nunes Marques). Em setembro de 2021, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista do processo. O projeto estava previsto para ser discutido novamente em junho de 2022, porém o atual presidente do STF, Luiz Fux, retirou a discussão da pauta. Com essa decisão, não há previsão para retomada do julgamento. Este projeto é um dos principais ataques aos direitos dos povos originários no momento. A suspensão de seu julgamento parece acompanhar a conjuntura das eleições presidenciais, pois tais discussões e suas repercussões poderiam escancarar as polarizações político-ideológicas e as relações parciais entre judiciário e executivo.

A última foto desta seleção, da Pajé Rita Muniz, foi tirada dia 10 de outubro de 2021, durante encontro cultural no Território Indígena Caramuru Paraguassu, no município de Pau Brasil (Ba), na Aldeia Baixa Alegre, junto ao grupo indígena multiétnico Pataxó Hãhãhãe. Foi uma ação pedagógica promovida pelo curso Levantar Florestas com Agroecologia, organizado pela Teia dos Povos e pelo Assentamento Terra Vista, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A fotógrafa e jornalista busca destacar a luta das mulheres dentro dos movimentos sociais através da fotografia, visto que esse protagonismo feminino opera na contradição de ser notável e invisibilizado ao mesmo tempo.

“Na Bahia ninguém é branco”: ACM Neto, afro-oportunismos e as fraudes raciais nas Eleições 2022

Por Joyce Souza Lopes



Mulher negra, mãe, camaçariense, candomblecista, assistente social, mestra e doutoranda em Antropologia. Coordenadora dos projetos de enfrentamento à Violência Política e Violência de Gênero contra mulheres negras do Odara - Instituto da Mulher Negra. Co-fundadora do Instituto Carolina Maria de Jesus. Pesquisadora dos estudos críticos sobre branquitude e classificação racial parda.

Na medida em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibilizou as informações declaradas por candidatas e candidatos às eleições de 2022, foi desencadeada uma série de discussões sobre a discrepância entre a **autodeclaração racial** (como cada pessoa se define), e a **heteroatribuição de pertença** (como outras pessoas reconhecem racialmente determinado sujeito). Na Bahia, a maior incidência do debate se deu em torno do caso de **ACM Neto**, advogado, empresário e candidato a governador filiado ao União Brasil, e Ana Coelho, candidata a vice-governadora da mesma chapa, empresária e publicitária, filiada ao Partido Republicanos.

A questão está mais evidenciada nas eleições deste

ano, seja por conta das novas regras estabelecidas, em especial no que tange à proporcionalidade racial na distribuição do Fundo Partidário Eleitoral, seja pela amplitude de alcance das discussões em torno dos cargos disputados em uma eleição geral, que atinge escala estadual e nacional. No entanto, não é fato inédito. Ainda em 2020 o aumento de registros de candidaturas negras despertou o interesse de pesquisadores e profissionais da imprensa. Chamo atenção, em especial, para o número alarmante de mudança na declaração de raça/cor entre candidatos que concorreram em 2016 e novamente em 2020. Conforme os dados computados pelo TSE, 42 mil candidatos alteraram a auto identificação racial, de acordo com registros disponibilizados pela Justiça Eleitoral. Entre estes, 30% se declarou pardo em uma eleição e branco na seguinte e 36% mudou de cor branca para parda.



SEGUNDO DADOS DO TSE, SOMA DE CANDIDATOS QUE SE DECLARAM PRETOS E PARDOS, 49,57%,
SUPERA A QUANTIDADE DE BRANCOS: 48,86%.

O movimento negro, sobretudo a partir das políticas raciais empreendidas e reivindicadas pelo Movimento Negro Unificado (MNU) desde a década de 1970, incidiu na defesa de configuração dos aspectos raciais do censo demográfico brasileiro, conforme a estratégia de fomentar a solidariedade e a identidade entre os marginalizados pelo racismo à brasileira: ao agregar pretos e pardos na mesma categoria racial negra; bem como, elevar a somatização racial do grupo negro, de modo que justifique especial atenção do poder público para promoção de políticas segundo os aspectos demográficos. Além de que, dada a complexidade da racialização no Brasil, devemos ter em mente que, sobretudo no período que antecedeu a instituição de cotas raciais nas universidades públicas, muitos sujeitos nem mesmo se declaravam negros por razões da carga semântica e social negativa imposta pelo racismo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), oficialmente responsável pelos dados censitários no Brasil desde 1936, implementou a concepção de raça/cor nos levantamentos demográficos a partir do censo de 1991, desde então, o grupo racial negro é composto pelas cores preta e parda, uma vez que evidências estatísticas comprovam pouca diferença socioeconômica entre os mesmos - pretos e pardos se distanciam bastante dos brancos, mas esses dois grupos de cor da raça negra diferem pouco entre indicadores globais de desenvolvimento humano. Atualmente, todos os serviços públicos devem corresponder a este padrão metodológico de intervenção e/ou de geração de dados.

O TSE passou a registrar a autodeclaração de raça e cor dos can-

didatos tão somente a partir de 2014. No decorrer das cinco eleições temos visto se desdobrar um campo de

O Brasil tem acompanhado o caso de ACM Neto na Bahia como a expressão máxima desse fenômeno na política eleitoral, já que se trata de um candidato filiado a um partido de direita, ex-prefeito da capital do estado, originário da aristocracia política baiana, herdeiro do maior legado do coronelismo na região, um dos 50 candidatos a governador mais ricos do Brasil

análise interessante sobre a incidência do racismo, em que pese os marcos de instituição de políticas afirmativas de cunho racial no processo político-eleitoral, que em certa medida não se difere dos acontecimentos frente a instituição de cotas raciais nas universidades, concursos públicos e editais de fomento. No campo discursivo entre agentes políticos negros, recorrentemente tensiona-se as declarações discrepantes, sob o critério de denúncia de sujeitos fenotipicamente brancos que têm se declarado tendo em vista o acesso a políticas de ações afirmativas e reparações destinadas aos negros.

O Brasil tem acompanhado o caso de ACM Neto na Bahia como a expressão máxima desse fenômeno na política eleitoral, já que se trata de um candidato filiado a um partido de direita, ex-prefeito da capital do estado, origi-

nário da aristocracia política baiana, herdeiro do maior legado do coronelismo na região, um dos 50 candida-

tos a governador mais ricos do Brasil, com patrimônio declarado de R\$ 41,7 milhões. O debate mais expressivo publicamente tem acirrado a discrepância entre a autoatribuição racial e a heteroatribuição de pertença de ACM Neto. No entanto, não podemos constatar mudanças em sua autodeclaração. Em todas as suas candidaturas a cargo público após instituição da classificação de raça/cor por parte do TSE, o mesmo tem se afirmado pardo, conforme o portal de divulgação de candidaturas e contas eleitorais do TSE. Daí, devemos nos perguntar qual a razão de não se declarar branco mesmo quando não havia instituição de proporcionalidade racial na distribuição de recursos do fundo partidário.

ACM Neto, antes de se interessar por recursos destinados a negros, reivindica seu pertencimento frente ao mito da baianidade nagô. Ele não quer ser reconhecido como branco, assim como muitos dos brancos que entrevistei durante a realização de pesquisa de mestrado em Antropologia sobre a construção da identidade branca e as representações sociais acerca da branquitude em Salvador-BA. Outros pesquisadores dos estudos críticos sobre a branquitude também já produziram um

Visto que expressivamente os brancos sabem que são brancos no exercício de sua branquitude, a suposta dificuldade circula mesmo na auto afirmação pública, no reconhecimento “para fora”

É extremamente preocupante que um candidato à gestão pública não só desconheça, como diminua grosseiramente a validade dos critérios de classificação racial de um órgão público como o IBGE.

aprofundamento reflexivo sobre as controvérsias entre invisibilidade e autoinvisibilidade da identidade racial branca, que revelam os meios para tentativa de manutenção do privilégio de racializar o outro, porém não a si mesmo. Como não se tem mais saída, já que o movimento negro *provincializou* a branquitude, explicitou sua racialidade também nos termos sociais, alguns ainda resistem mais sorrateiramente a partir do subterfúgio da categoria pardo ou do recurso discursivo da miscigenação, do avô negro, do “pé na senzala”, da mistura baiana.

Visto que expressivamente os brancos sabem que são brancos no exercício de sua branquitude, a suposta dificuldade circula mesmo na auto afirmação pública, no reconhecimento “para fora”, seja, de modo geral, por medo de perder seu status humano genérico ao se categorizar racialmente, mesmo que disto não resulte a destruição das assimetrias estruturadas. Ou, por outro lado, pela obrigatoriedade consequente de assumir que fazem parte de um grupo empoderado, privilegiado, opressor e racista, o que tem ainda maior peso em um contexto de maioria negra e de expressiva resistência político-cultural da negritude como o contexto baiano.

A estratégica negação discursiva de sua branquitude é evidenciada quando ACM Neto se apresenta visivelmente submetido a técnicas de bronzeamento artificial em [entrevista ao programa Bahia Meio Dia](#). O apresentador Vanderson Nascimento afirma ao candidato que “apesar de se declarar como pardo, não é lido socialmente como uma pessoa negra, uma pessoa parda”. Neto responde com irritabilidade: “Quem é que faz a minha leitura social como branco? Porque eu me considero pardo. Você pode me colocar ao lado de uma pessoa branca e há uma diferença bem grande. Negro, não. Não diria isso, jamais!”. Vanderson explica sobre a configuração racial do IBGE, ao que o candidato rebate: “Então o erro é do IBGE, não é meu [...] Eu estou muito à vontade. Eu me considero (parda). O povo baiano é muito misturado...”.

É extremamente preocupante que um candidato à gestão pública não só desconheça, como diminua grosseiramente a validade dos critérios de classificação racial de um órgão público como o IBGE, ainda mais em um período de grandes embates acerca da defesa do levantamento demográfico da população brasileira, incluindo a configuração de raça/cor. O censo de 2022 foi uma das ações estatais extremamente impactadas pela onda de negacionismo e enfrentamento à produção científica protagonizada pelo atual governo federal. Posicionamentos como o de ACM Neto põem em xeque um dos principais instrumentos para fundamentação e construção de políticas públicas, bem como para geração de dados a partir de suas implementações. Em que pese as afirmativas e de reparação racial, a partir dos dados demográficos avançamos no diálogo com o Estado Brasileiro em defesa do enfrentamento ao racismo, negar

ou precarizar seu levantamento é mais um retrocesso racista.

O saldo da exposição é a efervescência do debate. Os meios de comunicação, sob pressão negra, têm imprimido na agenda de disputa de narrativa baiana a política de racialização, o que tende a favorecer reflexões e debates na sociedade de modo geral a respeito da classificação racial e incidência do racismo. O assunto foi um dos mais comentados no Twitter após a referida entrevista.

Após o requerimento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) por parte de Jorge X, candidato a deputado federal (PSOL-BA), a Corregedoria-Geral Eleitoral acatou e determinou que ACM Neto e Ana Coelho se pronunciassem frente à alegação de falsa autodeclaração racial para usufruto de recursos destinados aos negros. A defesa da candidata a vice-governadora informou haver equívoco de sua agremiação partidária ao preencher os dados no sistema de cadastro, em seguida alterou sua afirmação de raça/cor para branca. Advogados de Neto argumentaram sobre ausência de provas que indiquem fraude e abu-

Na Bahia, as repercussões contrárias a autoatribuição de pertença de ACM Neto têm se configurado como estopim para visibilidade de fraudes raciais de candidatos do campo partidário da esquerda, como a situação da deputada federal Alice Portugal (PCdoB), que se declarou branca à Justiça Eleitoral em 2018 e parda em 2022; ou do deputado estadual Rosemberg Pinto (PT), que se declarou branco em 2018 e preto em 2022.

so de poder com intuito de usufruto de verbas destinadas às candidaturas negras.

Além da movimentação midiática, abre-se um precedente jurídico que tende a tensionar o TSE a estabelecer parâmetros para combater a **falsidade ideológica racial**, conforme definição de critérios para a autodeclaração, como já se tem discutido e executado em muitos processos seletivos com reservas de vagas para negros e indígenas, bem como se apressa a configuração de medidas de fiscalização e penalidade uma vez que fraude racial é crime. De acordo com [pesquisa realizada pela agência JOTA](#), veículo de inteligência política e jurídica que oferece serviços de previsibilidade e transparência pública, aproximadamente 30% de deputados estaduais e federais que concorrem a reeleição em 2022 mudaram suas autodeclarações de brancos para pardos, logo negros. Estamos tratando de 68 entre 241 parlamentares eleitos, com experiência de mandato e gestão pública, o que significa que um em cada quatro parlamentares tem acessado a política de reparação racial dos fundos partidários de modo fraudulento.

O volume de casos de fraudes explicita a máxima do racismo brasileiro e se configura uma violência contra toda população negra no processo de mínimo avanço das políticas de promoção da equidade racial nos espaços de poder e tomada de decisão. Na Bahia, as repercussões contrárias a autoatribuição de pertença de ACM Neto têm se configurado como estopim para visibilidade de fraudes raciais de candidatos do campo partidário da esquerda, como a situação da deputada federal Alice Portugal (PCdoB), farmacêutica bioquímica

e política brasileira com seu primeiro mandato como deputada estadual em 1995, que se declarou branca à Justiça Eleitoral em 2018 e parda em 2022; ou do deputado estadual Rosemberg Pinto (PT), sociólogo e líder do governo (PT) na Assembleia Legislativa da Bahia, atualmente no seu terceiro mandato, que se declarou branco em 2018 e preto em 2022. Não só a mudança da declaração, como a discrepância entre **autoatribuição** e **heteroatribuição de pertença** de Rosemberg revela ainda desrespeito, afronta, deboche e certeza de impunidade, comportamentos padrões de uma branquitude acrítica, patriarcal e historicamente supremacista.

De modo contrário, os deputados federais Afonso Bandeira Florence (PT), professor de história da Universidade Católica do Salvador e Jorge Solla (PT), médico sanitário, ex-secretário de saúde do estado da Bahia, se afirmaram pardos na candidatura de 2018, mas em 2022 se registraram brancos. Estes casos, tanto quanto os 30% de candidatos que se declararam pardos em 2016 e brancos em 2020, ilustram que é cabível mudança na autodeclaração racial, reconhecendo inclusive que o processo de letramento racial não é linear e coeso, que não há generalização no entendimento ou concordância sobre o modo oficial de classificação racial, embora seja elementar para o funcionalismo público que representações políticas tenham isto sob domínio. No entanto, quanto mais gritante a discrepância entre **auto atribuição** e **heteroatribuição de pertença**, mais nítido o caráter racista de cada declaração que foi alterada.

Na medida em que possamos levantar os dados gerais compara-

tivos e conclusivos entre as eleições desde 2014, correlacionando as mudanças nas declarações e os recursos recebidos a partir das políticas orçamentárias por cada candidato declarado negro, teremos um quadro explícito da configuração das fraudes da branquitude nesse campo. É imprescindível toda movimentação em defesa da transparência pública; exigência de veiculação de dados detalhados e explícitos, como por exemplo sobre os critérios e valores estabelecidos por cada partido na divisão dos recursos públicos e descrição da sigla orçamentária dos valores recebidos por cada candidato no Portal de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, constando o valor referente a proporcionalidade de raça, gênero e/ou sexualidade. A transparência pública é o principal mecanismo para realização do controle social e fundamentação dos tensionamentos frente ao TSE.

O número expressivo de mudanças na autodeclaração racial e a constatação de falsidade ideológica justificam exigências de medidas para coibir fraudes no acesso às políticas afirmativas na corrida eleitoral, como, por exemplo, a instituição de bancas de verificação racial, um instrumento pensado como estratégia cabível já comum entre as seleções públicas com definição de cotas raciais pelos mesmos motivos aqui expressos; bem como medidas de responsabilização dos partidos em relação ao combate ao crime de fraude por parte de seus correlegionários. Cabe à justiça eleitoral estabelecer comissão especializada para tratamento e encaminhamento das questões tendo em vista a instituição de medidas de prevenção, fiscalização, redução e punição à falsidade ideológica racial nas eleições.



Os ataques mais recentes aos povos indígenas ganharam nova vida no governo Bolsonaro e são especialmente direcionados ao território, como o PL 490/07, que altera a demarcação das terras indígenas ou o PL 191/00 que autoriza a mineração e construção de hidrelétricas nesses territórios. No último dia 04 de setembro de 2022, o adolescente pataxó Gustavo Silva da Conceição foi assassinado por pistoleiros por conta de um processo de invasão de fazendeiros na Terra Indígena Comexitibá, no extremo sul da Bahia, na Costa do Descobrimento.

Eleição 2022 é Plebiscito de novo, e não podemos ter dúvidas: É hora de radicalizar!

Por Rosane Borges



Jornalista, pesquisadora do Colabor (ECA-USP), professora convidada do Diversitas (FFLCH-USP), coordenadora da Escola Longa, autora de diversos livros, entre eles: *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*, *Mídia e racismo*, *Esboços do tempo presente*, e *Fragmentos do tempo presente*.

2022 é um ano de efemérides: Bicentenário da Independência, Centenário da Semana de Arte Moderna, 200 anos de Maria Firmina dos Reis (mulher negra, autora do primeiro romance brasileiro)... Entre esses acontecimentos, a eleição presidencial figura como a grande vedete, destacando-se como um evento decisivo para a repactuação do jogo democrático. Desde o processo de redemocratização, não se testemunhava um pleito eleitoral tão cercado de simbolismos e expectativas.

Os motivos para a excepcionalidade já são sobejamente sabidos: desde 2019 fomos lançados a um ambiente regressivo dinamizado por ataques à democracia e pelo fascismo à brasileira. As eleições de 2018, de caráter inequivocamente plebiscitário, abrigaram um variegado de interesses que, sob o manto do surto anticorrupção, revelaram um passado que não passa

e, por ser perene, teve força espantosa de produzir o laço social: o racismo e o patriarcado de sempre não tiveram vergonha de dizer o seu nome.

Passado o pleito de 2018, escrevi um artigo alertando para o fato de que desde 2014, pelo menos, Jair Bolsonaro tinha amplificado seu raio de ação, tocando em vários nervos da sociedade brasileira de tal modo que soube prometer o Eldorado para camadas aparentemente heterogêneas: aos cidadãos de bem, aos cristãos, acentuadamente os neopentecostais, anunciou uma cruzada em prol “da tradicional família brasileira”, o combate veemente da promiscuidade e depravação promovidas pela esquerda degenerada e pelos sujeitos desviantes (pessoas trans, lésbicas e gays); aos que se viram em estado de insolvência, ele prometeu a volta do “mérito”, uma vez que as perdas materiais dessas pessoas foram provocadas por “privilégios” concedidos a negros, mulheres e outras minorias, ao mesmo passo que disse que combateria o coitadismo no qual esses grupos se escoram para arrancar “benesses” do Estado.

Ao mercado, que reagiu todo afirmativo à ascensão de Bolsonaro, a promessa, subscrita pelo economista Paulo Guedes, foi a de execução de um receituário neoliberal que se alastra em deserto de direitos e justiça social. Parte do empresariado do setor produtivo é outra camada que também viu, com o “projeto de mudança” que despontava no horizonte plúmbeo, a real possibilidade de desobrigação com quaisquer direitos trabalhistas (fim do 13º salário? Reforma trabalhista a todo vapor? Reforma previdenciária radical?

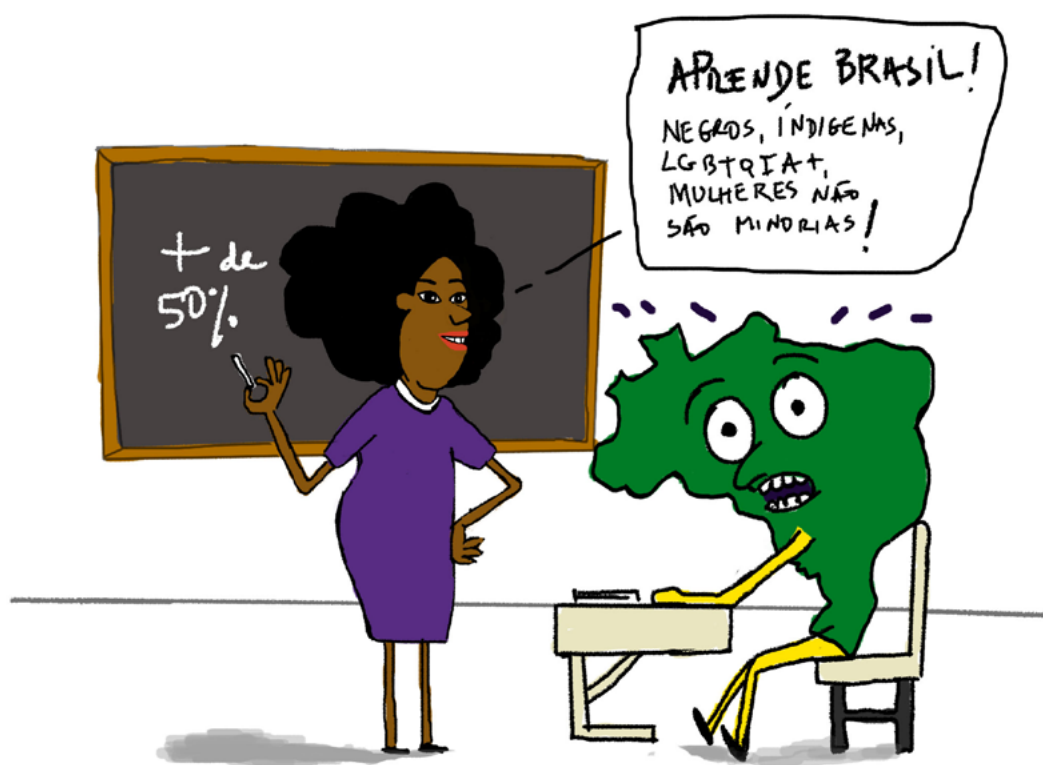
Que maravilha!). Donos de empresas como Havan, Riachuelo, Centauro, não nos deixam esquecer de como a banda toca.

Cidadãos de bem, defensores da família e propriedade, os insolventes pertencentes às classes média e baixa, o mercado neoliberal, que se alimenta do capitalismo de crise, a elite empresarial predatória viram-se, todos, atados por um fio que os mantiveram coesos: o surto anticorrupção que encontrou no antipetismo todas as formas de negação da Política e de aniquilamento do Outro.

Mesmo com todos os indícios e sinais do pior que estava por vir, parte do setor progressista brasileiro desconsiderou a magnitude do problema. Apesar das evidências, muitos avaliavam, entre análises e apostas, que seria improvável o avanço e aprovação de uma extrema direita na presidência da República. Quando muito, se dizia que ela chegaria às raias das casas legislativas, resignando-se ao baixo clero, loteando as bancadas do boi, da bíblia e da bala; o ruidoso Jair Bolsonaro derreteria feito sorvete com as campanhas nas ruas, afirmavam alguns entusiasticamente.

Outros, mais assertivos ainda, insistiam que, para o segundo turno, melhor seria um confronto com o capitão

do exército porque ele não resistiria a uma frente ampla (que não se compôs) e não teria tempo de TV suficiente para sustentar suas aberrações (mas a TV pouco ou nada significou nestas eleições). Já Bolsonaro, todo *pimpão*, dizia que o adversário dos sonhos seria um candidato do PT, descartadas as possibilidades de disputa com Lula, porque a vitória não só seria certa, como acachapante.



Como se vê, deu ruim. E muito ruim. Experimentamos quatro anos inimagináveis e que ganhou contornos ainda mais dramáticos e funesto com a emergência de uma pandemia. Perseguição a operadores dos direitos humanos; fome; pobreza; queda nas taxas de educação; sistema de saúde sucateado; colapsado por conta do tratamento da covid-19; rebaixamento da inteligência de uma nação; aumento da violência policial contra jovens negros; aumento exponencial do feminicídio; esgarçamento total da rede de proteção

de direitos; ataques sistemáticos à imprensa e à ciência, desprezo pelo saber e cultura... Somando-se tudo e um pouco mais, setores e formadores da opinião pública chegaram à conclusão tardia de que seria preciso salvar a democracia e o Brasil de um governo autocrático, cujo governante tem um perfil pedestre que porta os piores traços de uma sociopatia criminosa.

2022 bateu à porta: o que fazer?

Como se vê, deu ruim. E muito ruim. Experimentamos quatro anos inimagináveis e que ganhou contornos ainda mais dramáticos e funesto com a emergência de uma pandemia.

Sem sombra de dúvidas, essa pergunta comporta uma única resposta: a deposição de quem é responsável direto pelas mais de 600 mil mortes da pandemia, pela construção de uma subjetividade regressiva talhada pelo ideal do jagunço: de um país já extremamente

violento, conseguiu-se extrair a seiva da brutalidade e torná-lo ainda mais violento. Tapa e bala, desferidas contra vulneráveis (mulheres, negros, população LGBTQIAP+), tornaram-se cifras que marcaram a sociabilidade brasileira. O imperativo da mudança de comando é incontornável!

Se o que está em jogo é a retomada de um governo com aspiração democrática, a vitória de Lula não significa um porto de chegada capaz de abrigar nossas reivindicações, sonhos e desejos. Ela deve ser vista como um porto de partida para um longo processo de manufatura de algo novo.

Reconhecer que não se trata de um porto de chegada, mas de partida, supõe que com o governo eleito deveremos cultivar uma postura radical: “sejamos realistas, peçamos impossível”. A radicalidade e o impossível não significam extremismo e desconexão com a realidade. Pelo contrário.

Se o que está em jogo é a retomada de um governo com aspiração democrática, a vitória de Lula não significa um porto de chegada capaz de abrigar nossas reivindicações, sonhos e desejos. Ela deve ser vista como um porto de partida para um longo processo de manufatura de algo novo.

Considerando que “em várias partes do mundo, vemos pessoas lutando por bandeiras de transformação estrutural em todos os níveis, colocando sua imaginação a serviço da recusa radical da ordem que nos governa”, (Comitê Invisível, 2022) é preciso que dialoguemos com um governo democrático movidos por esse prin-

cípio. A vitória de Lula não pode nos dissuadir de que “ainda não é a hora”.

A hora é exatamente agora, uma vez repactuado minimamente o jogo democrático, já que em governo autocrático não há diálogo e possibilidade de construção coletiva. Se a volta de Lula significa reacomodação da democracia, tal reacomodação deve significar o abrigo de propostas e projetos engajados na participação efetiva de todos.

A hora é exatamente agora, uma vez repactuado minimamente o jogo democrático, já que em governo autocrático não há diálogo e possibilidade de construção coletiva. Se a volta de Lula significa reacomodação da democracia, tal reacomodação deve significar o abrigo de propostas e projetos engajados na participação efetiva de todos.

2023 representa, portanto, uma oportunidade ímpar para reivindicarmos ainda mais, pois quanto menos exigirmos, menos teremos. Quanto mais apontarmos as lacunas e os déficits daquilo que ameaça ou posterga a consubstanciação do jogo democrático, mais conseguiremos fazer deste país um território com possibilidade de se emancipar do passado que não passa. Reconhecer esse postulado como crível é tornar legítimas vozes e

ideias que vocalizam projetos considerados inexecutáveis pela lupa da *realpolitik*: estado plurinacional, Bem

2023 representa, portanto, uma oportunidade ímpar para reivindicarmos ainda mais, pois quanto menos exigirmos, menos teremos. Quanto mais apontarmos as lacunas e os déficits daquilo que ameaça ou posterga a consubstanciação do jogo democrático, mais conseguiremos fazer deste país um território com possibilidade de se emancipar do passado que não passa.

Viver, pluralidade institucional...

Os terrivelmente outros do mundo, com ênfase nas mulheres negras e indígenas, vêm, por meio da plataforma Bem Viver e de outros projetos, insistindo que é só quando enunciamos o impossível que se constrói aquilo que ainda não está formatado na rubrica já posta, é que conseguimos avançar do ponto de vista civilizatório.

O porto de partida de 2023 exorta cada um de nós a sair das rubricas que subscrevem o já dado e a habitar lugares ainda não

existentes, fazendo desses lugares um território de reinvenção da Política. Certamente esse *topos* ainda não mapeado se impõe como fonte de *inspiração, respiração e aspiração* para que a vida institucional brasileira se converta, em um tempo futuro, num porto de chegada. Enquanto não tivermos condições de aportar, radicalizemos!



Gracielle Pataxó – Em fechamento da BR 101 na altura do Monte Pascoal, na Bahia.

O Pau Brasil, que deu nome à nação da qual hoje fazemos parte, foi a primeira *commoditie* na qual nosso território ancorou sua participação na economia global. Esse processo se deu através da escravização e extermínio de povos originários do Brasil e do Continente Africano, colonização e drenagem dos recursos naturais, até que o Pau Brasil se transformasse no que é hoje: uma árvore em extinção.



Mulheres Negras e as estratégias do agora e de antes pela disputa de representatividade e acesso ao Poder Político

Por Luciana Lindenmeyer



Mulher negra, mãe, assistente social, doutoranda em sociologia, compõe a Rede de Mulheres Negras do Ceará e a Frente Nacional de Mandatas e Mandatos Coletivos.

Todos os dias vemos notícias que nos chocam e nos desanimam. Nossas vidas são repletas de dores, desafios, forças e fraquezas que nos fazem duvidar todo dia sobre nosso propósito e sobre nossa perspectiva de seguir lutando por nossa sobrevivência.

O racismo estrutural, vivenciado há muito tempo pelo povo negro, vem sendo comprovado em números, em estatísticas e estudos. Somos os menos representados em todos os espaços de destaque na sociedade, na universidade, nos postos de direção de empresas, nos empregos qualificados, no poder executivo das cidades, na política, no sistema de justiça.

Por outro lado, sobram estatísticas onde o povo negro, com destaque para as mulheres, tem preponderância, como os cárceres, as mortes violentas, a violência obstétrica, nos sub empregos ou nos empregos menos qualificados e mais precarizados, na insegurança alimentar, na falta de moradia digna, nos índices de desempenho educacional.

Quando algum caso de extermínio de um homem ou mulher negra ganha visibilidade nas redes, o movimento da branquitude é logo para postar em campanhas como “Vidas Negras Importam” ou “Seja Antirracista”. O movimento para por aí e não avança para posturas mais concretas de enfrentamento ao racismo, de desconstrução das posturas que perpetuam e adoecem.

Mas ano após ano, continuamos vendo passos muito lentos na ocupação de espaços pelas pessoas pretas, mesmo com a implementação das ações afirmativas, que vem mudando as universidades e instituições públicas, cujos concursos destacam percentuais para pessoas pretas.

Mas sabemos que a luta das mulheres negras carrega a ances-

tralidade de todas que vieram antes de nós. A representação de mulheres negras na política sempre foi muito aquém do esperado para uma sociedade que se vislumbra democrática e equânime.

Os negros são mais de 56% de toda a população brasileira de acordo com o IBGE. No entanto, [apenas 0,1% da população negra brasileira ocupa uma cadeira no legislativo](#). Quando falamos de mulheres negras a sub-representação é ainda maior. Apesar de serem 28% da população, [elas ocupam menos de 5% das vagas do executivo e legislativo do país](#).

Muitas são as pessoas que souberam que essa realidade precisava mudar. Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra eleita no Brasil, em 1932, como Deputada Estadual em Santa Catarina, e tinha como foco a questão da educação, entendendo como peça fundamental da transformação social no país. Na década de 1980, nos movimentos pela redemocratização do país e da assembleia constituinte, tivemos o protagonismo de Lelia Gonzalez e Benedita da Silva, grandes referências do movimento negro - que foi responsável por avanços na luta contra o racismo.

Ambas enfrentaram muitas dificuldades nos partidos políticos e nas disputas eleitorais, mas Benedita foi eleita vereadora em 1982 e segue até os dias atuais numa luta que defende as mulheres e principalmente a população negra para continuar avançando em conquistas que melhorem a vida de fato.

Em 2016 tivemos a eleição de Marielle Franco como vereadora da

cidade do Rio de Janeiro, uma mulher negra com origem na Favela da Maré. Sabendo da força que uma mulher negra (5ª vereadora mais votada na cidade) representa, as reações a ela foram muitas. Em 2018, Marielle foi assassinada, junto do motorista Anderson Gomes. O caso teve repercussão nacional e internacional e até hoje, mais de 4 anos depois, continuamos a nos questionar:

QUEM MANDOU MATAR MARIELLE E ANDERSON E POR QUÊ!?

A violência política que atingiu Marielle foi um grande impulsionador de novas candidaturas de mulheres negras. Se os assassinos e mandantes achavam que a voz de uma mulher negra seria calada, se enganaram, pois Marielle deixou muitas sementes por todo o país. As eleições de 2018 foram marcadas por grandes contradições. Ao mesmo tempo que foi alçado ao maior posto do país uma pessoa sem nenhum pudor de mostrar seu racismo, sua misoginia e sua pouca preocupação com a maioria do povo, foram vitoriosas muitas candidaturas de mulheres negras, como Taliria Petrone, no Rio de Janeiro, Áurea Carolina, em Minas Gerais, As Juntas Co-Deputadas, em Pernambuco, e Erika Malunguinho, em São Paulo.

Em 2020, esse movimento teve continuidade e, tivemos outras mulheres negras trans e travestis eleitas com excelentes votações em câmaras municipais, como Erika Hilton, em São Paulo (SP), Benny Briolly, em Niterói (RJ), e Carolina Iara, da Bancada Feminista, também em São Paulo.

No entanto, apesar do número de candidaturas estar crescendo, a sub-representação ainda é muito grande. Vários são os motivos e causas, uma vez que o racismo estrutural impede que mulheres negras tenham espaço nas discussões e poder nos partidos, e recebam financiamento adequado, ou seja, que sejam reconhecidas e valorizadas como necessárias para a mudança que o parlamento precisa.

Muitas iniciativas em 2022 vem buscando enfrentar essa questão. Uma das iniciativas foi alavancada pelo Instituto Odara durante o Julho das Pretas. Foi realizado um [Encontro com Mulheres Negras e Indígenas das regiões Norte e Nordeste](#). Durante o encontro foi elaborada uma [Carta Aberta à Sociedade](#) que explicita a visão dessas mulheres sobre a disputa dos espaços de poder.

“Fica consensuado entre nós que o acesso ao Poder diz respeito à garantia de condições de autodeterminação coletiva, e autonomia cultural, econômica, política, tecnológica e territorial. Bem como, destacamos que o exercício do poder coletivo deve eliminar as práticas coloniais sexistas patriarcais e binárias de controle e violência contra nossos corpos, em nossas diversidades étnicas, territoriais, etárias, de gênero e sexualidade”.

Outras iniciativas como: [Pretas no Poder, Eu voto em Negra, Estamos Prontas](#), realizaram ações em prol da preparação de mulheres negras que colocaram seus corpos à disposição dessa ocupação institucional.

Iniciativas como essas precisam ser permanentes, pois a mudança nos parlamentos precisa acontecer de forma imediata e sem retrocessos. O povo precisa de um parlamento que enxergue suas necessidades, que entenda a educação, a cultura, a vida, a saúde, o lazer como prioridades. Que coloque a ciência como relevante para o avanço do país, e que principalmente afaste a política de morte do povo negro dos espaços públicos e da vida em comunidade.

Além da preparação das mulheres negras para essa ocupação, uma outra iniciativa vem ganhando força desde 2016 no país. As candidaturas coletivas têm sido vistas como uma forma que resgata os princípios que existem desde África, quando a comunidade resolve suas questões de forma compartilhada.

A coletividade roubada pela colonização e pelo capitalismo estimula o individualismo e coloca nos representantes eleitos o poder inclusive de votar contra os interesses dos eleitores que o colocaram naquele espaço.

As candidaturas coletivas propõem horizontalizar as discussões e ampliar a participação da sociedade em suas formas ampliadas de debate como assembleias populares, conselhos políticos e a própria consulta popular, que coloca o eleitor mais próximo das decisões a serem tomadas pelo mandato.

Desde 2016, ano em que a primeira candidatura coletiva se sagrou eleita no município de Alto Paraíso (GO), temos visto um número cada vez maior de candidaturas com este perfil. De acordo com in-

formações da Frente Nacional de Mandatos e Mandatos Coletivos, [mais de 28 coletivas estão atuando em assembleias legislativas e câmaras municipais.](#)

Essa coletividade vem mostrando sua proposta e efetivando o que apresentaram nas ruas durante o período eleitoral. São mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, PCDs, defendendo pautas negligenciadas ou atacadas pelo histórico Congresso formado em sua maioria por homens brancos, cis, heterossexuais e ricos, sem nenhum compromisso com a pauta das maiorias sociais.

Pautas como a luta contra o encarceramento em massa, contra o racismo, a LGBTfobia e o capacitismo, pela legalização das drogas, por cultura e lazer para juventude, educação, agroecologia, saúde, enfrentamento às violências, emprego e renda, e ampliação da participação popular, são exemplos de prioridades de mandatos coletivos que muitas vezes são ignoradas pelos eleitos, exatamente por não vivenciarem as dificuldades da maioria do povo.

Espaços da mídia são muito importantes para ampliar o conhecimento das pessoas sobre a importância de eleger candidatas que valorizem e defendam os mesmos pontos que cada um de nós acredita.

Não basta estar lá eleita, precisa dialogar com quem segue nos territórios enfrentando a falta de água, de saneamento, de transporte, de comida. Precisa, mesmo depois de eleita, continuar em contato com os movimentos sociais e coletivos que contribuíram para a eleição.

Importante também considerar a segurança das mulheres que coloquem seus corpos nessa tarefa, pois a violência política de gênero vem aumentando e impactando inclusive a disponibilidade e coragem dessas mulheres nessa tarefa.

Nossa tarefa, enquanto pessoas que desejam uma nova sociedade, é mudar em cada lugar que ocupamos e sensibilizar mais pessoas para essa mudança. Que qualquer movimento não terá sucesso se for individual, que nossa jornada é coletiva, só tem sentido se tocar o outro.

Por fim, deixo uma mensagem para todes que forem ler esse texto. Ano de 2022 é um ano decisivo para conseguirmos mudar os rumos do país. Por isso, eleger a bancada com maior número possível de candidaturas negras e indígenas é nossa melhor estratégia. Mas para além desse movimento, também precisamos ver a educação como fundamental para essa mudança, uma educação emancipadora, que possa contar a história real do povo negro e descolonize o pensamento eurocentrado que vivemos em nosso país.

Importante também que os movimentos de mulheres, negros e negras, indígenas e antirracistas sigam contribuindo para o debate na sociedade, para que as políticas de ações afirmativas e a continuidade das lutas para que a ocupação de espaços por pessoas negras e indígenas sigam avançando.

Assim, nossa missão é árdua, mas ao mesmo tempo fundamental para que possamos ter um presente e um futuro com o Bem Viver que as mulheres negras tanto defendem.

Após colorir tantas roupas de vermelho, nós, o Brasil, continuamos vivendo da exploração da terra, pois esta é nossa principal riqueza.





Mestra em Desenvolvimento Sustentável junto aos Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB); especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira pela Faculdade Atual; licenciada e bacharela em Economia Doméstica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); pesquisadora de origem comunitária; ambientalista; militante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); cofundadora do Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena) e da Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira (NAB); filiada à Associação Literária do Estado do Amapá (Alieap). E-mail: mulheresdoigarape@gmail.com.

A REVOADA DAS MATINTAS PEREIRAS: Mulheres Negras na Política, por uma nova ordem para o Brasil

Por Maria das Dores do Rosário Almeida

Assim como eu, você pode estar impressionada(o) com o aumento de mulheres negras e quilombolas, de todas as regiões do Brasil, que se candidataram ao pleito eleitoral de 2022, como *Matintas Pereiras*, ao lançarem seus nomes, suas histórias, seus corpos e suas experiências de vida, profissional e de ativismo para concorrerem a uma vaga no legislativo.

São trajetórias que se entrelaçam com a identidade dessa anciã guerreira da narrativa brasileira, muito presente no imaginário e nas histórias amazônicas – a Matinta Pereira. Com a capacidade de se transformar em pássaro à noite, ela voa de um lado para o outro, vigiando as matas, os rios e lagos, arreben-

tando estremeceadores assovios, que podem ouvidos nas mais longínquas distâncias, para denunciar os destruidores da biodiversidade, quer dizer, todas

as formas de vida animal e vegetal. É o que inspira e incentiva essas candidatas a traçarem esse sonho desafiador.

A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver mudou a vida das mulheres negras brasileiras, por mostrar o seu poder de mobilização e sua força política, deu visibilidade à negritude feminina, atraiu a juventude para a estética negra e proporcionou o surgimento de vários grupos e coletivos de mulheres negras em todas as regiões do país.

No meu ponto de vista de mulher negra amazônica, para compreender o porquê dessa revoadada para a representatividade na política brasileira, priorizando o voto em mulheres negras progressistas, sem esquecer o protagonismo de mulheres negras na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban na África do Sul, em 2000, aponto como parâmetros quatro motivações dos últimos oito anos em que as mulheres negras foram potências e que impactaram direta ou in-

diretamente a vida da mulher negra e quilombola do Brasil.

Não precisa ser cientista político para falar que as candidaturas de mulheres negras são solitárias, sofridas e abusivas, principalmente as de mais idade que ousam disputar o poder legislativo.

A primeira motivação foi a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que aconteceu 2015, em Brasília, e foi idealizada na Amazônia nortista, pela ativista do Centro de Estudos e Defesa do Pará (Cedenpa), a Nilma Bentes. Essa marcha mudou a vida das mulheres negras brasileiras, por mostrar o seu poder de mobilização e sua força política, deu visibilidade à negritude feminina, atraiu a juventude para a estética negra e proporcionou o sur-

gimento de vários grupos e coletivos de mulheres negras em todas as regiões do país. Logo, a Marcha de 2015 foi um convite às mulheres negras a seguirem seus passos ancestrais para lutar por direitos e assumir o protagonismo de suas próprias histórias.

A segunda motivação foi a morte da vereadora negra Marielle Franco, assassinada em 2018 por defender a maioria sub-representada nas políticas públicas e por denunciar a corrupção em sua cidade, ameaçando a estrutura política da elite da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro daquele momento. Como aponta Maria Luiza de Carvalho Nunes, contadora de histórias e militante do Cedenpa, a Matinta Pe-

reira é uma mulher negra, pobre, solitária, o seu grito de socorro é em forma de assovio. Do mesmo modo, o grito de Marielle surpreendeu seus algozes, que imaginavam que a vida de uma mulher negra seria insignificante, a sua morte seria apenas uma estatística. Ao contrário do que imaginavam, a repercussão tornou público o debate da violência política da mulher negra, com a questão de sua representação política.

Você conhece alguma mulher negra candidata (cis ou trans) nesta eleição? Não precisa ser cientista político para falar que as candidaturas de mulheres negras são solitárias, sofridas e abusivas, principalmente as de mais idade que ousam disputar o poder legislativo. Mesmo aquelas que encontram a energia vital na família, chegam ao final do processo eleitoral fragilizadas, com a saúde mental em frangalhos, pois a violência política tem diversas formas de revelar-se.

Julie Ballington, na [Cartilha de Prevenção à Violência Política contra as Mulheres em Contextos Eleitorais](#), diz que: “a violência contra as mulheres na vida política pode ser entendida como qualquer ato ou ameaça de violência de gênero que resulte em danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, que as impeça de exercer seus direitos políticos, seja em espaços públicos ou privados, incluindo o direito a ocupar cargos públicos, ao voto secreto, à associação e reunião, a realizar campanhas livremente e a exercer sua liberdade de opinião e expressão”.

Assim, hoje, o grito de Marielle é expresso na rebeldia que fortalece a mulher negra, fazendo germinar, em todas as regiões do país, assovios de *Matintas Pereiras*, com o desejo de dar continuidade ao seu legado e à sua agenda no legislativo.

A terceira motivação foi a pandemia da covid-19, que ceifou mais de 680 mil vidas brasileiras. Este momento pandêmico vivenciado pelo mundo impactou direta e indiretamente a vida de todas(os). Principalmente das mulheres negras, que tiveram de mostrar sua resistência por estarem entre a população mais impactada, lembrando, ainda, que a primeira pessoa vítima da covid-19 no Brasil foi uma mulher negra. Além de tudo, não se pode deixar de mencionar a situação de vulnerabilidade econômica em que elas permanecem mesmo após a pandemia, ocasionando desemprego e fome.

Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), de novembro de 2021 a abril de 2022, mostram que, [no Amapá, 32% da população padece de insegurança alimentar](#). Porém as mulheres negras tiveram importantíssimo papel para que essa porcentagem não fosse maior. O Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena), durante os anos de 2020 a 2022, com apoio de instituições parceiras, ofereceu diretamente ajuda humanitária a 560 diferentes mulheres.

Ainda na pandemia, houve seguimento da rotina de violências contra as mulheres e aumento considerável de feminicídios. A cada oito minutos, uma mulher sofreu violência, sendo mais da

metade negra. Além disso, o acesso a direitos básicos, como a saúde, também foi dificultado ou negado nesse período.

Pelo fato de a região Norte ser vista como a periferia do Brasil, no Amapá, as mazelas da covid-19 não tiveram repercussão nacional. Como o transporte para o estado é realizado somente por avião e barco, conseqüentemente, faltou álcool, luvas, máscaras, equipamentos de proteção individual de primeira necessidade. Ademais, os governantes não deram a merecida atenção à pandemia, foram medíocres as orientações, mesmo básicas, como procurar os serviços de saúde apenas no caso de estar com falta de ar. Nesse cenário, as mulheres negras, com a sabedoria ancestral de seu povo, recorreram aos conhecimentos empíricos, através das plantas medicinais e seus produtos balsâmicos (elixires, xaropes, chás e outros), que foram imprescindíveis para curar as dores e aumentar a imunidade de muitas(os), salvando vidas.

Agora, pensa comigo, as mulheres negras, as *Matintas Pereiras*, estão conscientes do alcance que seus assovios podem chegar? Acredito que sim. Com projetos desenvolvidos em alcance local, podem torná-los de alcance macro. Estão prontas para assumir cadeiras nos legislativos para atender os anseios dos menos assistidos por conhecerem as suas realidades.

Pelo fato de a região Norte ser vista como a periferia do Brasil, no Amapá, as mazelas da covid-19 não tiveram repercussão nacional. Ademais, os governantes não deram a merecida atenção à pandemia, foram medíocres as orientações, mesmo básicas, como procurar os serviços de saúde apenas no caso de estar com falta de ar.



Agora, pensa comigo, as mulheres negras, as Matintas Pereiras, estão conscientes do alcance que seus assovios podem chegar? Acredito que sim. Com projetos desenvolvidos em alcance local, podem torná-los de alcance macro. Estão prontas para assumir cadeiras nos legislativos para atender os anseios dos menos assistidos por conhecerem as suas realidades.

A quarta motivação vem da mobilização de redes nacionais negras, a exemplo da Articulação de Organizações Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), da Coalização Negra por Direitos, da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) e organizações estaduais como Imena, no Amapá, o Odara – Instituto da Mulher Negra, da Bahia, e Instituto Update, de Pernambuco, por meio de iniciativas de formação sobre conteúdo das eleições, sobre a atual conjuntura, visando o fortalecimento de candidaturas de mulheres negras, trans e indígenas e o combate às desigualdades político-regionais-eleitorais no país.

Essas iniciativas lançaram mensagens de incentivo, a exemplo da [Carta Aberta à sociedade: Questões Inegociáveis para Mulheres Negras e Indígenas na Disputa por Poder](#), escrita durante o [Encontro de Mulheres Negras Nordeste-Amazônia: Qual](#)

[o Nosso Projeto de Nação?](#), organizado pelo Odara. O encontro reuniu mulheres negras e indígenas das regiões Nordeste e da Amazônia do Brasil, e a carta destaca que essas mulheres têm um projeto de nação,

orientado na cosmologia da ancestralidade e no Bem Viver, capaz de respeitar a igualdade entre os povos.

Também trouxe mensagens reflexivas para quebrar o silêncio do nosso povo preto, das mulheres negras sobre as candidaturas negras. A reflexão, *grosso modo*, diz assim, se negros e negras são a maioria da população, não podemos aceitar ser a minoria a ocupar espaços de poder, não podemos aceitar a ser a maioria silenciada no poder.

O psicodramista Maurício Camilo diz que parece que estamos desautorizados a refletir sobre política ou mais grave ainda, de nos convertermos pela representação política daquelas mulheres que protagonizaram a atual conjuntura. A fala de Maurício é preocupante, refere-se ao que a violência política, o racismo estrutural, o machismo e o sexismo fazem com candidaturas de mulheres negras e também com as pessoas que estão ao seu redor, desautorizando-as a enxergar as mulheres negras como potências, que compõem o grupo da maioria silenciada no poder.

Isso se dá de várias maneiras: quando as pessoas viram os ombros para a política partidária, sem falar da força da representação política que essa mulher tem; por medo de serem canceladas, não curtem, não comentam, não compartilham informações de candidatas negras, sem pensar na força do alcance de sua representatividade política. Além disso, mulheres negras com cargos no legislativo têm suas ações para o coletivo vistas não como compromisso, mas sim como obrigação, no sentido do servir, e

isso é cruel, enquanto a candidatura de homens e mulheres não negras é vista como privilégio a serviço da coletividade.

Enfim, acredito que as *Matintas Pereiras*, estão prontas para a disputa pelo poder político para além do imaginário escravista, estão preparadas a desenvolver um projeto político coletivo de nação. Mas é necessário sempre se discutir a democracia representativa: qual é a democracia que nos sustenta? O que é democracia para nós? Quem está autorizada(o) a falar em nosso nome?

Assim, as *Matintas Pereiras* devem sonhar e conquistar o legislativo. As motivações de protagonismo anteriormente citadas para reflexão, entre tantas outras, são provas do nosso potencial de transformar realidades excluídas. Por isso, ressalto a defesa de candidaturas negras comprometidas com a pautas das mulheres negras e da Amazônia.

Adayelle Pataxó, juventude feminina na luta.

O saber desta riqueza é um ensinamento dos povos originários que estão entre os mais importantes guardiões da diversidade que resta e ativadores da regeneração que está em curso.





A ARTE E A POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS POR UMA NOVA ORDEM PARA O BRASIL



Dayse Sacramento é mulher preta de Salvador, professora de Língua Portuguesa do IFBA, Doutoranda em Literatura e Cultura - UFBA, Produtora Cultural e Idealizadora, responsável pelo Circuito Literário Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras e pela Editora Diálogos Insubmissos.

“É uma obrigação artística refletir o meu tempo.”

Nina Simone

Por Dayse Sacramento

Aceito o provocativo e insubmisso convite de Nina Simone a pensar um pouco sobre o tempo de agora, no ano de um dos mais importantes pleitos eleitorais do Brasil. A cantora afroestadunidense é um dos maio-

res nomes da música mundial e teve o seu trabalho comprometido com o ativismo pelos direitos civis de pessoas negras em seu país. Na década de 70, ela também esteve fortemente comprometida com a campanha de libertação da filósofa e militante Angela Davis, com participação aguerrida e posicionamentos públicos em diversas manifestações artísticas em prol da liberdade de Davis.

Dou um salto geográfico, aproveitando a postura política de Nina enquanto artista implicada com o seu tempo para pensar um pouco sobre a experiência da arte negra brasileira no campo político, e escolho pensar com a dramaturga e atriz baiana Mônica Santana, que num evento intitulado *Arte e Autoritarismo*, realizado no Teatro Vila Velha, em Salvador, em julho deste ano, nos trouxe a importante reflexão:

“Toda arte é política, mesmo aquela que não se diz política. Eu acredito que toda arte é uma tomada de posição no mundo”.

Esta fala dela só reforça a ideia de que arte e política atuam juntas na escrita da história, sobretudo na história da Diáspora Negra. O labor do artista escreve e registra a história da humanidade, acessando as nossas tantas e múltiplas subjetividades, potencializando a diversidade dos nossos olhares enquanto sujeitos para uma realidade que a arte traduz.

E, certamente, esta tradução tem nos custado muito caro com a gestão antidemocrática do presidente Jair Bolsonaro. Uma das primeiras iniciativas do facínora foi a diluição do Ministério da Cultu-

ra e grande perseguição aos instrumentos de fomento artístico no país. Segundo a ativista e socióloga baiana Vilma Reis, isso vem acontecendo porque “fascistas odeiam artistas”, disse ela numa fala potente sobre os ataques ao setor cultural no Brasil, no mesmo evento citado mais acima. Ela destaca o quanto a arte é um instrumento de luta imprescindível para pessoas negras, mulheres, pessoas indígenas, LGBTQIAP+, pois as nossas narrativas são vivas e existem através de portais de conexão com a vida como ela é e a vida traduzida pelo olhar que a arte a vê.

Pessoalmente, trago um exemplo bastante próximo de mim que tem sido vivenciado através da experiência com o Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, um circuito literário que atua desde 2017 fomentando uma cena de debates, formações, publicações e incentivo profissional a mulheres negras no campo artístico, sobretudo da literatura.

Muitas das nossas pautas literárias são reflexões críticas sobre a sociedade brasileira, a exemplo da nossa grande e importantíssima escritora negra, a mineira Carolina Maria de Jesus, que chocou o mundo ao escrever o livro *“Quarto de despejo - diário de uma favelada”*. Nele, a autora denuncia as condições de vida de pessoas negras a partir da sua vida na favela do Canindé, em São Paulo (SP), e denuncia a miséria e a fome, bem como questiona a política nacional quando afirma, em maio de 1958, que “o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora”.

Carolina nos deu diversas lições de insubmissão política ainda que a sua vida estivesse atravessada por diversas violências e cerceamento de direitos humanos, ela reflete como o descaso das políticas públicas de atendimento a pessoas que vivem em condições de pobreza extrema era parte da sua realidade cotidiana, registrada nos seus diários. Ela pontua ousadamente que “quando estou com fome quero matar o Jânio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino”, fazendo referência, respectivamente, ao governador e ao prefeito de São Paulo, como também ao então presidente da República.

A produção literária da autora segue, assim como outras tantas produções artísticas de mulheres negras, incidindo e questionando sobre o nosso direito de existir artisticamente observando as realidades negras como referência. Este ato é marcado pela nossa insubmissão e pela emergência de visibilidade e circulação de narrativas de posturas insurgentes. A nossa literatura tem experiências de escrevivências negras que abalam as estruturas de poder por narrarem histórias sob lentes negras.

Essas nossas escrevivências, como assinala a escritora e pesquisadora Conceição Evaristo, a partir do conceito teórico cunhado por ela para designar a relação de pessoas negras com o ato de escrever comprometido com narrativas honestas com a realidade e que são/foram de fatos vivenciados pela comunidade negra sem a ótica do racismo e dos estereótipos brasileiros.

Essas nossas escrevivências insubmissas encontram representa-

tividade nas encruzilhadas entre política e arte. Por isso, trago à baila uma postagem do Instagram da Deputada Estadual do estado de São Paulo, Érica Malunguinho, quando ela cita um tweet da cantora soteropolitana Luedji Luna, artista sempre muito engajada e com posicionamentos importantes sobre a vida política no Brasil. Luna demonstra que a sua arte é construída em rede com outras mulheres negras e que ela só levará a sua arte a lugares em que outras mulheres negras sejam de fato respeitadas politicamente, juntamente com os seus projetos que são coletivos.



Luedji Luna 
@luedji_luna

Fui convidada pra um café na casa do [@Haddad_Fernando](#), e eu disse que só iria com [@malunguinho](#).

Com a [@LulaOficial](#) é a msm coisa, só converso se for junto com a [@malunguinho](#) e [@vilmareisFem](#).

E é isso...

O pleito eleitoral de 2022 esteve marcado por uma eclosão de candidaturas negras de esquerda, mesmo com os acirrados debates de gênero e raça de acesso aos fundos partidários, que demonstram nitidamente como o empenho dos partidos

é ínfimo, leia-se racista, ao não investirem nos projetos de poder e candidaturas de mulheres negras.

E já que nós queremos nos ver no poder e queremos estar no poder, as mulheres negras seguem irmanadas com a ousadia e coragem de reivindicar a escrita política da nossa história, muitas de nós inspiradas com a insubmissão de Marielle Franco ao afrontar o

sistema de poder político por dentro, o fazendo ruir por estar ali, de corpo presente e ter tido a vida ceifada por isso. Além de não sermos mais interrompidas, nós precisamos não ter as nossas existências interrompidas. As mulheres negras têm proposta de nação e dignidade para as minorias, assegurando para *todes* um estado democrático de direito e de bem viver.



O protagonismo das mulheres e de seus filhos na luta política, nos movimentos sociais, comunitários e autogestionados, se dá a partir de uma hegemonia incongruente. As mulheres têm papel essencial na resistência político-social, porém, essas são invisibilizadas e sujeitadas a papéis sociais submissos, enquanto aos homens é reservada a liderança e o protagonismo oficial. Este paradigma se reproduz em movimentos sociais mistos de todos os tipos. Por isso este projeto traz um momento histórico a partir, especialmente, de uma seleção de fotos de mulheres. Na manifestação contra o marco temporal, na BR 101, as mulheres indígenas se destacaram a partir da sacralidade e da força dos seus cantos, rezas, articulação coletiva, resiliência e enfrentamento.

Nas últimas eleições dos Estados Unidos e da Colômbia, os votos negros foram decisivos, e no Brasil, Votos Negros Importam!?

Por Angela Figueiredo



Professora, pesquisadora, feminista negra, integrante do Coletivo Angela Davis e do Fórum Nacional Marielles.

A divulgação da pesquisa sobre as intenções de voto realizada pelo [Datafolha](#) mostra uma evidente rejeição das eleitoras ao atual presidente – já que apenas 27% do [eleitorado feminino manifestam intenção de voto](#) – e o apoio significativo dos eleitores evangélicos a ele (43%). Na direção contrária, situa-se a candidatura de Lula, com maior apoio das eleitoras mulheres (46%) e rejeição dos eleitores evangélicos (35%). Entre os eleitores que ganham até dois salários mínimos, Lula lidera com folga, com 54% das intenções de voto, contra 23% de Bolsonaro. Já a avaliação do atual presidente é classificada como ruim ou péssima para 53% [dos](#)

que ganham até um salário mínimo, exatamente onde se situa uma parte significativa do eleitorado negro. Com relação à raça/cor, a pesquisa mostra uma predileção pelo candidato Lula em todas as categorias, 58% dos declarados negros¹ manifestam intenção de voto em Lula, contra 20% do candidato Bolsonaro; entre os pardos, 41% declaram intenção de voto no ex-presidente Lula e 30% em Bolsonaro; entre os brancos, a diferença diminui, já que 41% inten- ciona votar em Lula e 33% no atual presidente.



As campanhas dos dois candidatos estão criando estratégias para superar as dificuldades e reduzir as desvantagens entre as mulheres e os evangélicos. Mas o que ocorre quanto aos votos dos negros? Por que não somos sequer mencionados/as nas estratégias para aumentar o número de eleitores dos candidatos? Será que

a categoria renda, como indicativo de classe, faz subsumir a cor/raça? Ou será que, por maior que seja o protagonismo negro, continuamos a ser ignorados/as? A questão central deste texto é refletir sobre o silêncio de todos os candidatos, bem como da imprensa sobre a importância dos eleitores/as negros/as. Dito de outro modo, buscaremos entender se os votos negros importam.

¹ Parece que a categoria negro aqui substitui a categoria preto, diferente do modo como temos considerado a categoria negro, enquanto a soma de pretos e pardos.

Nos últimos anos temos presenciado o crescimento do debate e o tensionamento das questões relativas às desigualdades raciais, ao racismo e ao sexismo no Brasil, assim como percebemos a ampliação do ativismo negro, principalmente do Feminismo Negro. Isso tem levado à consciência da importância da disputa na arena política partidária/representativa, trazendo como consequência o crescimento do número de candidaturas negras, principalmente de mulheres negras (cis e trans) comprometidas com as pautas antissexista e antirracista, e focando na educação e na justiça social.

O movimento Vidas Negras Importam, intensificado após o assassinato de George Floyd, em 25 de maio de 2020, estimulou diferentes mobilizações antirracistas no mundo, inclusive no Brasil, e isso reforçou uma prática histórica entre nós, que diz respeito à comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. Nesse sentido, é importante lembrar que os afro-estadunidenses são cerca de 13% da população, enquanto nós somos 56% aqui no país, e lá o voto não é obrigatório, mesmo assim, em diferentes momentos o voto negro foi considerado decisivo para a eleição presidencial nos Estados Unidos. Quando os negros bateram recorde de comparecimento, em 2012, garantiram a reeleição de Barack Obama. Quando tiveram a menor participação em 20 anos, em 2016, [a ausência contribuiu para derrota de Hillary Clinton](#). Na última eleição, [John Biden teve 87% dos votos dos eleitores negros](#).

Na contramão desses dados, estima que 2,23 milhões de nor-

Sabemos que atualmente 33 milhões de pessoas não têm o que comer e 70% delas são negras. Assim como é negra a maioria da população encarcerada no país. Tudo isso leva à constatação de uma estratégia cujo alvo é desracializar a pobreza e a fome e não nomear a riqueza e os privilégios.

te-americanos que já saíram da prisão continuam sem direito de votar. Incluindo pessoas que ainda cumprem pena, o universo dos eleitores estadunidenses excluídos sobe para 5,2 milhões. [O Sentencing Project estima que 6,2% dos adultos negros do país estão impedidos de votar em razão da restrição. No restante da população, o percentual é de 1,7%.](#)

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, são 919.951 pessoas em situação de cárcere, sendo 867 mil homens e 49 mil mulheres. [Os dados apontam um índice de 434 presos para cada 100 mil habitantes.](#) De acordo com a [Gazeta Mercantil](#), “apenas 5% dos presos que poderiam votar foram às urnas em 2018. Isso ocorre porque, de acordo com a Constituição Federal, somente os presos sem possibilidade de recurso têm os direitos políticos suspensos”. O que ocorre de fato é que temos um significativo número de pessoas que não exercem o direito do voto.

Digressão à parte, o fato é que não há interesse de

nenhum dos candidatos a uma ação intencional voltada para a conquista do eleitorado negro, exatamente porque não há nenhum interesse real na transformação radical no quadro das desigualdades raciais no Brasil. Quais as razões dessa invisibilização e indiferença? Como e por que isso ocorre? Qual o papel das pesquisas e dos analistas políticos nesse processo? Para responder a essas perguntas é preciso destacar a importância do discurso sobre a democracia racial no país, que perdeu importância enquanto mito fundador de nossa sociedade nos últimos anos – devido aos questionamentos e ações políticas dos movimentos negros realizados desde o final dos anos de 1970 – mas que permanece vivo em sua capacidade de provocar e manter a cegueira racial.

De fato, isso é ignorar as condições de vida da população negra hoje no Brasil, majoritariamente pobre. Sabemos que atualmente 33 milhões de pessoas não têm o que comer e [70% delas são negras](#). Assim como é negra a maioria da população encarcerada no país. Tudo isso leva à constatação de uma estratégia cujo alvo é desracializar a pobreza e a fome e não nomear a riqueza e os privilégios. Assim como quase não temos informações sobre os eleitores jovens, grupo tão importante para a vitória na Colômbia de Gustavo Petro e Francia Márquez – uma mulher negra e ex-trabalhadora doméstica, que afirma que a força do eleitorado feminino, jovem e negro é a prova de que os dias do patriarcado branco na política estão acabando.

Provavelmente, o Brasil tem o maior número de trabalhado-

ras doméstica do mundo, são cerca de 6,2 milhões, sendo 92% de mulheres e [68% \(3,9 milhões\) de mulheres negras](#). O trabalho doméstico é a porta de entrada do mercado de trabalho de mulheres negras com baixa escolaridade, elas têm as maiores taxas de desemprego, recebem 44% da renda de um homem branco e [formam o grupo que apresentou a maior taxa de pobreza no ano de 2020](#).

Recusar olhar para a condição de pobreza e marginalidade em que vive a população negra num momento político como este é manter intacta as estruturas racistas que reproduzem o privilégio da brancura em nossa sociedade.

É preciso ressaltar também as significativas mudanças na configuração das identidades: se a luta do Movimento Negro Unificado (MNU), no final dos anos de 1970, era para mostrar o fosso que constituía as desigualdades raciais e fazer ruir o mito da democracia racial no país, mostrando que em termos de indicadores objetivos de renda e escolaridade estávamos divididos entre negros e brancos, as gerações atuais têm produzido significativas mudanças na intersecção das categorias de

gênero, raça e sexualidade, que configuram as identidades, reposicionando os sujeitos e sujeitas negras que hoje elaboram questões e interpelam certezas antes inquestionadas na democracia; o que é expresso na frase “Igualdade de direitos para quem?” ou “Sem

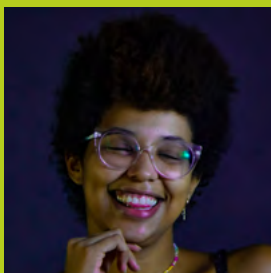
paridade racial e de gênero não há democracia"; e no confronto ao modelo hegemônico de representação política baseado no indivíduo abstrato, mas que de fato representa o indivíduo masculino, branco e heterossexual. Em contrapartida, as candidaturas coletivas estão rompendo com esse modelo individualista neoliberal de representação política na sociedade brasileira.

Recusar olhar para a condição de pobreza e marginalidade em que vive a população negra num momento político como este é manter intacta as estruturas racistas que reproduzem o privilégio da branquidão em nossa sociedade. Os candidatos que nos desconsideram precisam saber que os votos negros podem ser decisivos no Brasil, como o são nos Estados Unidos e como foram importantes para a vitória de Francia Márquez na Colômbia. Mas nós, negros e negras, precisamos ter consciência disso, fazendo a nossa escolha por candidaturas que representem uma ruptura radical com o modelo individualista, racista e sexista que impera em nossa sociedade, fazendo com que a frase "Votos negros importam!" seja mais do que um sonho, mas um projeto político de acesso a direitos e à cidadania plena.



Dia 15 de setembro de 2021 a união de diversas aldeias Pataxó da Costa do Descobrimento fez acontecer o fechamento da BR 101 na altura de Monte Pascoal, município de Porto Seguro (Ba), por mais de cinco horas. A resistência indígena no sul da Bahia se dá por histórias de autodemarcação e organização do território.

Segurança Pública na Bahia: Quais foram as propostas dos candidatos ao governado do estado que tem uma das polícias mais letais do país?



Nascida em Ituberá, no baixo sul da Bahia, Jamile da Silva Novaes é Jornalista formada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É Assessora de Comunicação e Social Media da Odé Produções e atua no Programa de Comunicação do Odara - Instituto da Mulher Negra. No audiovisual, tem experiência com roteiro, direção e produção.

Após quatro mandatos do PT no governo do estado, a Bahia terá um novo governador a partir de janeiro de 2023

*Por Jamile Novaes
Com colaboração de Tailana da Cruz*

Em 2015, quando um grupo de policiais foi responsável pela morte de 12 jovens na comunidade do Cabula, em Salvador, o atual governador da Bahia, Rui Costa (PT), afirmou que um policial “é como um artilheiro em frente ao gol”. A frase, que segue ecoando, reflete muito sobre como tem sido pensada e gerida a segurança pública do estado nas últimas décadas, período em que as polícias baianas vêm despontando entre as mais letais do Brasil.

A Rede de Observatórios da Segurança monitorou 3.792 casos em que houve vítimas de ações policiais nos cinco estados em que atua, [entre junho de 2019 e maio de 2021](#). Segundo os dados levantados no período, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, registraram 2.130 mortes em decorrência dessas ações. Dentre os estados no Nordeste, a Bahia aparece disparada, registrando 461 mortes no período, tornando-se o estado com a polícia mais letal da região.

Nacionalmente a Bahia também se destaca de forma negativa quando o assunto é letalidade policial. [O 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#) mostra que o estado é o quinto com maior taxa de mortalidade por intervenções policiais civis e militares, atingindo 6,7 a cada 100 mil habitantes e chegando a mais que o dobro da média nacional, que é de 2,9 para 100 mil.



Um dado muito revelador chama a atenção no relatório ["Pele-Alvo: A Cor da Violência Policial"](#), da Rede de Observatórios de Segurança: na Bahia, 98% das pessoas mortas pela polícia são negras. Em Salvador, esse índice chegou a 100% em 2020.

Esses números estão em escalada há mais de uma década, demonstrando que o estado possui um problema grave de segurança pública, que vitimiza majoritariamente os corpos de pessoas negras e que, nem mesmo as gestões de governadores de partidos considerados de esquerda, estão dando conta de resolver ou ao menos, amenizar.

"Vivemos quatro mandatos de governo de um partido que, apesar de ter surgido como um partido de esquerda, tratou a segurança pública como uma demanda exclusivamente do campo do policiamento ostensivo e reproduziu o que já vinha sendo feito pela direita na Bahia", explica Gabriela Ramos, pesquisadora do Programa Direito e Relações Raciais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Técnica do Projeto Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar, do Oda-ra - Instituto da Mulher Negra, que atua no acolhimento e incentivo à organização política de Mães e Familiares de Vítimas do Estado.

O problema da segurança pública na Bahia não se reflete apenas em números, mas representa vidas interrompidas e famílias totalmente desestruturadas pelo luto e pelas dificuldades em acessar o sistema de justiça.

Como responsável direto pela gestão da segurança pública do es-

tado, o próximo governador eleito na Bahia terá de lidar com essa questão. ACM Neto (União Brasil), Giovani Damico (PCB), Jerônimo Rodrigues (PT), João Roma (PL), Kleber Rosa (PSOL) e Marcelo Millet (PCO), disputam o cargo nas eleições de 2022. Tentamos contato com todos os candidatos para saber como cada um pensa a gestão da segurança pública e quais são suas propostas para atenuar a letalidade policial em seus possíveis governos.



Enviamos as perguntas por meio dos contatos disponibilizados nas redes sociais, mas até o fechamento deste texto, apenas os candidatos Kleber Rosa e Marcelo Millet responderam às perguntas sobre o tema. Recorremos então aos [programas de governo](#)

dos demais candidatos para procurar por respostas, destacando os pontos que, direta ou indiretamente, dialogam com a questão da Segurança Pública no estado.



ACM Neto (União Brasil)

“A gente tem que monitorar é o bandido, e não a polícia”, afirmou ACM Neto em entrevista ao [Bahia Notícias](#).

Em seu plano de governo, o candidato sugere mudanças operacionais e tecnológicas para o sistema de segurança pública, como investimento em infraestrutura e equipamentos; oferecimento de serviços online; revitalização de delegacias; mudanças nas estruturas administrativas; qualificação e capacitação dos agentes, dentre outras. Um ponto destacado no programa e que vem sendo repetido por ACM Neto em entrevistas, é o comando direto do governador sobre as forças de segurança pública do estado, sobretudo no que se refere à tomada de decisões estratégicas da gestão.

Não consta no plano qualquer menção aos índices de violência e letalidade protagonizados por agentes policiais no estado. [Em entrevistas a veículos de comunicação](#), o candidato, que lidera as pesquisas de intenção de voto, já se posicionou contra a instalação de câmeras nas fardas dos policiais porque, segundo ele, isso poderia desmotivar a ação dos agentes. A medida, no entanto, já está em fase de licitação e foi pensada para coibir abusos de poder

e garantir o cumprimento dos protocolos oficiais durante operações policiais.



Giovani Damico (PCB)

“A gente precisa desmilitarizar não só a polícia, mas o nosso cotidiano”, disse Giovani Damico ao [Metro1](#).

O programa de governo apresentado pelo candidato ao TSE apresenta seis propostas específicas para o campo da segurança pública. As propostas prevêem a reformulação dos concursos públicos para composição das forças de segurança, visando a democratização do acesso a esses espaços e mudanças na metodologia, passando a valorizar características como conhecimento da história brasileira, sensibilidade às questões sociais e capacidade de diálogo; responsabilização penal por crimes cometidos por oficiais das altas patentes em Justiça Comum; transparência financeira de oficiais militares e confisco de bens incompatíveis com a renda; criação do Comitê Popular de Controle da Atividade Policial e Justiça Militar; desconto salarial proporcional ao número de disparos efetuados em um mês; proibição de divulgação da versão da polícia sem representações midiáticas das lideranças comunitárias, entidades investigativas e órgãos de controle da atividade policial. Embora não aborde diretamente o tema da letalidade policial, seu programa prevê reformulações que, se colocadas em prática, poderiam interferir diretamente nas lógicas de atuação da polícia e

no processo de controle das ações realizadas pelos agentes.



Jerônimo Rodrigues (PT)

“Eu tenho acompanhado os indicadores e nós temos uma boa Polícia Militar”, afirmou Jerônimo Rodrigues à [TV Bahia](#).

Ao abordar a questão da segurança pública, o programa de governo do candidato do Partido dos Trabalhadores elenca o combate ao crime e à violência, fomento ao que chama de “cultura de paz”, valorização dos profissionais da segurança pública, aumento nos investimentos em equipamentos de segurança pública e inteligência; combate ao tráfico de drogas. Dentre os muitos pontos do campo da segurança pública levantados ao longo do documento, existe um em específico que dialoga com o tema aqui proposto: implantação de câmeras nas viaturas e fardamento dos policiais do estado, com o objetivo de garantir mais transparência na atuação dos agentes, respeito à legalidade das ações e proteção dos próprios agentes.

A discussão sobre o uso de câmeras corporais no fardamento dos policiais baianos vem sendo feita há alguns anos e foi reacendida após a ação policial que vitimou três jovens negros na comunidade da Gamboa, em Salvador, na madrugada do último dia 1º de março. Embora a polícia tenha alegado que foi recebida a tiros, moradores contestam a versão e o inquérito do caso já apontou indícios de

execução. Assim como em diversos outros casos em que operações policiais terminam em mortes, o uso das câmeras poderia ser uma ferramenta decisiva na apuração da ocorrência.

No entanto, de modo geral, o programa de governo apresentado por Jerônimo para o campo da segurança pública parece prever a continuidade do modelo implementado pelos governos anteriores, incluindo a ampliação do prêmio por desempenho policial, que bonifica agentes que cumprem determinadas metas de segurança pública.



João Roma (PL)

“O enfrentamento será severo. Antes um policial vivo, do que um bandido tirando a vida das pessoas na rua” enfatizou João Roma em [entrevista ao Uol](#).

No que diz respeito à segurança pública, o programa de governo do candidato do Partido Liberal acusa a violência e os índices de criminalidade da Bahia e critica a atual gestão estadual que, segundo o documento, aumentou de forma demasiada o corpo da Polícia Militar e esvaziou a atuação da Polícia Civil. Em seguida são apresentadas propostas para curto e médio prazo para combater a criminalidade, como ações de repressão às facções criminosas e ao crime organizado; reconstrução da Polícia Civil; integração das polícias civil e militar; combate ao narcotráfico, assalto a bancos e entrada de armas ilegais no estado; integração das polícias com

as guardas municipais e bombeiros militares; redimensionamento do sistema prisional. O programa não cita a letalidade policial ou apresenta propostas relacionadas ao controle das forças de segurança e, apesar de citar uma “reformulação da Polícia Militar”, não detalha de que forma isso seria feito. Assim como ACM Neto, João Roma - candidato apoiado pelo Presidente Jair Bolsonaro na Bahia - também já declarou publicamente ser contra a instalação de câmeras nos uniformes dos policiais baianos.



Kleber Rosa (PSOL)

“O modelo de segurança que estou defendendo passa pela desmilitarização da segurança pública”, afirma Kleber Rosa.

O programa de governo apresentado pelo candidato do PSol é o único que pontua a letalidade policial e as violências cotidianas praticadas contra a juventude negra pelas forças de segurança do Estado. Perguntado diretamente sobre o tema, Kleber Rosa afirmou que sistema de segurança pública como um todo tem um viés racista: “A política atual é pautada na permanência de concepções eugenistas de segurança pública, então eu imagino que pelo fato da Bahia ter uma grande população negra, essa população acaba sendo o alvo da ação da política de segurança pública”. Ele complementou dizendo que um governo comprometido com o enfrentamento ao racismo precisa mudar a lógica atual da segurança pública. “Queremos criar políticas públicas que garantam a inclusão

racial, bem estar da população negra e políticas de enfrentamento às iniquidades provocadas pelo racismo”.

As propostas do candidato defendem a implementação de um “modelo de segurança pública cidadã” e desmilitarizado, com caráter civil; investimento em políticas sociais integradas para combater a prática de delitos; combate à tortura; extinção dos autos de resistência; capacitação e treinamento de agentes policiais na área dos direitos humanos; autonomia do Ministério Público na investigação de mortes efetuadas por agentes policiais, dentre outras medidas. O programa pauta também a chamada “guerra às drogas” e defende que a discussão sobre o uso de substâncias ilícitas seja abordada do ponto de vista das políticas de saúde pública.

Em entrevista, Kleber Rosa defendeu ainda que é dever do Estado se responsabilizar pelas mortes provocadas pela ação violenta de agentes policiais e que uma das formas é através da indenização das famílias das vítimas.



Marcelo Millet (PCO)

“Para se ter o fim do genocídio dos jovens negros, defendemos o fim da Polícia Militar e de todas as polícias que representam o aparato do Estado capitalista burguês”, disse Marcelo Millet.

Dentre os pontos apresentados no programa de governo do Partido da Causa Operária, aparece: “Abaixo a repressão. Direito de auto-defesa”, cujas propostas elencadas são: Dissolução da Polícia Militar e de todo aparato repressivo; Direito de autodefesa dos trabalhadores da cidade e do campo; Formar comitês de autodefesa dos trabalhadores da cidade, do campo e nas comunidades indígenas. O programa não traz detalhes sobre como cada um dos pontos seria executado. Perguntado sobre propostas específicas para barrar a letalidade policial e extermínio da juventude negra, o candidato Marcelo Millet afirmou que o fim da Polícia Militar e de todas as polícias, consequentemente, seria responsável por acabar com os assassinatos de jovens negros e periféricos pelas mãos do Estado. Ele afirmou ainda que: “Através de conselhos populares nos bairros, implantaríamos os comitês de autodefesa ou polícia popular, escolhida pela própria comunidade através de votos e sem vínculo de submissão ao Estado, porém remuneradas pelo Estado”.

Segurança pública e voto antirracista

Dentre os candidatos que lideram as pesquisas de intenção de voto (ACM Neto, Jerônimo e João Roma), identifica-se uma tendência de manutenção do *modus operandi* do sistema de segurança pública baiano atual. Se fala em concurso, treinamento, tecnologia, integração de polícias, mas nenhuma perspectiva que indique grandes transformações no entendimento e funcionamento das forças de segurança do estado. O investimento em policiamento ostensivo e em equipamentos (como armas e viaturas) é um ponto em comum, até mesmo para o candidato do PT,

partido que, ao menos em teoria, posiciona-se politicamente à esquerda, e em favor dos Direitos Humanos.

Já ao analisar os programas de governo dos candidatos Giovanni Damico, Kleber Rosa e Marcelo Millet, percebe-se uma postura mais crítica e propostas de reestruturação mais radicalizadas no campo da segurança pública, como a desmilitarização da polícia, criação de mecanismos de autodefesa para as comunidade, de ferramentas que permitiriam maior controle sobre a ação policial e de uma nova política de drogas.

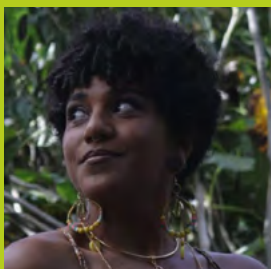
Para a população negra de forma geral, a segurança pública é uma pauta muito cara, que interfere diretamente no cotidiano. O extermínio da juventude negra acontece de forma tão escancarada, normalizada e com aval do Estado, que já não cabe caracterizar como fatalidade ou despreparo das forças de segurança, mas sim, como uma projeto político racista que coloca corpos negros como alvo da violência. Então, é importante analisar o que cada candidato ao governo pensa e propõe para esta área e não votar em candidatos que se omitem ou que, pior que isso, endossam políticas de manutenção da letalidade policial contra a população negra. Pesquise, se informe, avalie, compare e vote em candidatos cujos projetos políticos sejam essencialmente antirracistas e anti-genocidas, e que não relativizem as vidas negras!



Uma fila de carros de cerca de 5 km se formou, as horas passaram em caminhadas, cantos, danças e rezas. "O Brasil é dos índios, Marco temporal não!", entoavam os manifestantes. Este é um momento histórico de resistência aos ataques institucionais. Por terra e território os povos se manifestam.

Pátria amada chora

Por Gaby Varela



Gaby Varela (@adaaayo) é nascida e criada no litoral potyguar, iniciada para Oxum no candomblé de Nação Ketu. Formada em Serviço Social e mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é também especialista em História e Cultura Afro-brasileira. Multiartista, desenvolve trabalhos na escrita, por meio da poesia/slam, e nas artes visuais. Também é compositora e artesã. Brincante da cultura popular, faz parte como batuqueira e uma das cantoras da Nação Zambêracatu, primeira Nação de maracatu do Rio Grande do Norte. É criadora da página @colapretta onde compartilha seu trabalho de artes visuais no campo da arte gráfica digital, através das colagens.



Na terra dos aclamados
cientistas sociais

Democracia racial a cabeça
do povo faz

Mestiçagem, violência,
sangue derramado

A elite canavieira foi
formando seu legado

Perpetuando a desordem

nascem seus brancos
filhos

Mamando em nossos seios
herdeiros da fortuna

Nossas mães aprisionadas
nunca puderam nos criar

E até hoje seguem
impendidas

tendo que de filho de

branco cuidar	Não encosta no meu corpo
Em apartamentos de luxo a	Não vem dizer que eu tô
casa grande faz a festa	louca
E na periferia? Fuzil e tiro	Escuto o barulho da chibata
na testa	E a dor não é pouca
Pandemia mundial e vocês	Todo dia eu tô vendo meus
tão fazendo oque?	irmão morrer
Quarentena pros preto eu	De bala, de doença, de
já sei que não vai ter	injustiça cê não vê?
Não vem com essa de	Se eu não escrever morro
antifa, não vem com porra	com isso entalado
de quadrado preto	E aqueles que morreram
Policial vem se ajoelhar	sem nem conseguir ter
pedindo paz e respeito?	estudado?
Cês não sabem de nada,	A poesia que eu canto é
cês só querem inflar o ego	soprada em meus ouvidos
Com as mãos cheias de	Por aqueles que se foram
sangue tão se fingindo de	mas que em minhas
cego?	palavras continuam vivos
eu não consigo respirar	A colonialidade não vai
porque meus pulmões	mais usurpar minha
estão cheios de ódio	consciência
e parece que nunca vamos	Quer me barrar na pós com
conseguir alcançar o pódio	teste de proficiência?
Cada dia que passa tá mais	E a língua do meu povo que
difícil caminhar	eu nem sei qual é?
Olhos pras minhas irmãs e	Me deram nome de branco
só consigo ver elas chorar	mas ganhei outro no

candomblé
Espiritualmente tento
me equilibrar, mas até
em nossos terreiros eles
querem mandar
Eu tô cansada disso tudo
Eu tô a ponto de explodir
Olho pros meus pés, mas
não sei mais pra onde ir
Quero dar as mãos pros
meus, quero gritar por
liberdade
e um dia poder me sentir
livre de verdade
Não quero ter que explicar
história de preto pra
branco
enquanto meu povo ainda
constrói casa em cima de
barranco
morrendo sem terra
que nem na época da
escravidão
E vocês em zona nobre
construindo mansão
Cês vão pagar por tudo
isso

E vão pagar muito caro
Acabou o tempo que a
gente era feito de gado
Os deuses estão
reencarnando
Ancestrais cheios de fúria
Nosso povo não vai mais
morrer em meio a lamuria
Um grito de esperança
pulsa em cada coração
E acredito que um dia
seguiremos então
Com dignidade, com vida e
de corpo inteiro
Reconstruindo nossa
história pelo mundo sem
receio
Com nossas crianças
crescendo fortes
Sabendo que herdeiras são
De um povo abundante
fruto da imensidão
A melanina em minha pele
me deu o dom da oralidade
é por isso que eu canto
buscando a liberdade

Análise de conjuntura com Pajé Rita Muniz (@pajeritamuniz). “Porque não se fala do papel das mulheres indígenas no Brasil? O que se passa dentro de mim é que a repressão desde o tempo dos colonizadores, ela nunca acabou para nós mulheres indígenas. A gente sofre até hoje o impacto desta opressão. Nós, mulheres indígenas, temos lutado muito, mas não conseguimos avançar para que esse poder do patriarcado acabasse no Brasil, não só com as mulheres indígenas, mas com todas as mulheres (...) Eu acho que eles matam a gente. Eles vivem matando a gente” (trecho de entrevista dada à [Comunicadora - Assessoria de Comunicação](#)).

Pau Brasil/BA, 16/09/2022.



REALIZAÇÃO:



PLATAFORMA PELA REFORMA DO
SISTEMA POLÍTICO



PARCERIA:



APOIO:

PULSANTE
CIDADANIA ATIVA